

A autodeterminação das nações como aspecto central da teoria do imperialismo de Lênin

PEDRO MATTOS*

1. Introdução

Este trabalho teórico se insere na problemática do imperialismo, que determina a divisão entre os países centrais (imperialistas) e periféricos (dependentes). Ao longo da discussão, buscaremos demonstrar a hipótese de que a autodeterminação das nações é central para a teoria do imperialismo de Lênin, ainda que o tema se faça pouco presente na sua principal obra sobre o tema (*Imperialismo, estágio superior do capitalismo*). Com o objetivo de sustentar tal hipótese, mobilizaremos outros textos do autor escritos na mesma conjuntura e apresentaremos sua polêmica com Rosa Luxemburgo em torno da questão.

Ressaltar esse aspecto da teoria é fundamental para romper com um ponto de vista que interpreta o imperialismo unicamente a partir de variáveis econômicas, principalmente a exportação de capitais. Ainda que tal característica seja um dos aspectos gerais das formações sociais imperialistas, não se pode ignorar que o imperialismo é também um certo arranjo do sistema internacional impulsionado pelos Estados imperialistas. Nesse sentido, retomar a teoria de Lênin é um caminho para polemizar com interpretações que igualam quaisquer formações sociais que exportam capital, ignorando a divisão do sistema internacional entre Estados imperialistas e dependentes.

A autodeterminação das nações foi para Lênin objeto de polêmica com Luxemburgo, mas também com praticamente todos os autores coevos que discutiram o imperialismo, incluindo Kautsky e Bukharin. Sua formulação compreende

* Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: pdrmatos@gmail.com

a autodeterminação de tipo econômico, mas também, e principalmente, político. Ela demonstra a aversão de Lênin às leituras economicistas do imperialismo e a centralidade dada por sua teoria aos povos das nações dependentes na luta pela sua libertação.

2. Imperialismo

Lênin (1916/1974c, CW23, p.105)¹ aponta que “a substituição da livre concorrência pelo monopólio é o traço econômico fundamental, a essência do imperialismo”. Tal perspectiva situa o conceito a partir de seu nexos histórico, como fica claro quando Lênin (1916/1974d, CW22, p.265) indica que o imperialismo é fruto do “desenvolvimento e continuação direta das características do capitalismo em geral”. Para Lênin, ao mesmo tempo, “o programa da social-democracia, como contraponto à utopia oportunista e pequeno-burguesa, deve postular a divisão das nações entre opressoras e oprimidas como básico, expressivo e inevitável sob o imperialismo” (Lênin, 1916/1974k, CW22, p.147).

Entendemos que o conceito de imperialismo traz um sentido duplo. Por um lado, ele indica determinado estágio do desenvolvimento capitalista nas formações sociais centrais. Por outro, se refere a um sistema internacional que subordina e condiciona as diversas formações sociais, fundamentalmente em favor dos interesses daquelas que mantêm a posição de centro dominante. O primeiro sentido do conceito indica que as formações sociais imperialistas, tendo como base o modo de produção capitalista, trazem particularidades que as distinguem das formações sociais capitalistas não imperialistas. O segundo sentido dado é que o imperialismo implica um sistema internacional de Estados e um mercado mundial que ensejam a dependência estrutural dos países periféricos; isto é, que mantêm efeitos no interior das próprias formações sociais dependentes que contribuem para a reprodução da dependência.

Nicos Poulantzas (1978) chama a atenção para o fato de que o capitalismo traz consigo uma dupla tendência. Ele se reproduz dentro de cada formação social, estabelecendo ali a sua dominância, mas também se expande externamente, uma vez que o capital busca sempre ampliar o alcance de suas relações de produção, avançando sobre os limites estabelecidos até então. E no estágio imperialista do capitalismo, a tendência de queda da taxa de lucro, em combinação com a dominância dos monopólios, favorece que a expansão externa se dê primordialmente através da exportação de capitais, em vez da exportação de mercadorias.

A contribuição de Poulantzas auxilia também na compreensão da atuação dos Estados no plano internacional, questão que permeia as polêmicas de Lênin com os liberais que viam o imperialismo como mera política externa sem vinculação com a situação da luta de classes. Em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas (1968/2019) apresenta uma interpretação do político nas sociedades de classe. Para

¹ As citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

o autor, o Estado burguês, núcleo da estrutura jurídico-política, busca organizar e garantir a reprodução do modo de produção capitalista. Como fator de coesão do poder burguês, o Estado tem uma autonomia relativa que lhe permite, a partir do exercício do poder, buscar o equilíbrio de compromisso entre as diversas frações burguesas que disputam a hegemonia no interior da formação social. Essa unidade contraditória e instável conforma um bloco no poder que contempla os interesses econômicos das frações e classes nele inseridos conforme sua hierarquia interna. E nesse bloco, a classe ou fração hegemônica é aquela que detém o poder político exercido por meio do Estado, mantendo uma dominância entre as demais classes e frações. Por isso, são seus os interesses prioritariamente atendidos na política social e econômica de Estado. Partindo de tais contribuições teóricas, Berringer (2015, p.57) aponta que:

o Estado não representa os interesses do povo-nação, mas sim o interesse das classes dominantes, ou melhor, do bloco no poder. A política externa não é, portanto, uma política de Estado autônoma em relação às classes sociais e aos governos. Ela é determinada pela fração hegemônica do bloco no poder e é permeada pela contradição entre as classes e frações de classe.

Assim, para Poulantzas (1978) as políticas externas de determinado Estado não se definem apenas em relação às políticas e ações de outros Estados ou agentes internacionais, mas também, e fundamentalmente, desde seu interior, expressando os interesses da fração hegemônica. Podemos entender, portanto, que “as relações internacionais são relações complexas entre blocos no poder de formações sociais dominantes e dominadas (centro e periferia). O sistema de Estados é também um sistema de blocos no poder, os quais, por meio do Estado, desenvolvem relações internacionais” (Bugiato; Trindade, 2017, p.50).

O imperialismo, portanto, se relaciona profundamente com o desenvolvimento das contradições no interior das formações sociais capitalistas avançadas, tendo como impulso a reprodução ampliada do processo de acumulação. Assim, o imperialismo é ele próprio um estágio do desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo, o imperialismo se estabelece no plano internacional a partir dos Estados, conformando um arranjo que estrutura a divisão do mundo entre poucas formações sociais imperialistas e um extenso contingente de formações dependentes. Essa dependência não se estabelece unilateralmente pela ação do imperialismo, mas se sustenta em particularidades das formações dependentes – entre as quais se destaca a conformação de um Estado dependente – que tem origem na própria inserção subordinada no mercado mundial e no sistema internacional de Estados.

3. Autodeterminação das nações

Um dos trabalhos mais importantes sobre o imperialismo foi publicado no começo do século XX. No prefácio de *Imperialismo: um estudo*, o liberal Hobson

(1902) caracteriza o imperialismo como “o movimento mais poderoso na política contemporânea do mundo ocidental”. Nesta obra, ele se dedicou a estudar dois aspectos: a economia e a política do imperialismo. Hobson concluiu que “o novo imperialismo difere do mais antigo, primeiro pela substituição da ambição de um único império crescente pela teoria e prática de impérios em competição [...], e segundo, pela dominância financeira ou de investimentos sobre os interesses mercantis” (1902, p.304).

Partindo de Hobson, entre outros, Lênin escreveu a obra marxista mais relevante sobre o tema, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Ele se dedicou a demonstrar o imperialismo como uma consequência inevitável do desenvolvimento capitalista em bases nacionais, se contrapondo a autores liberais, e mesmo marxistas, como Kautsky (1914/1970), que entendiam o imperialismo como um tipo particular e transitório de política capitalista, a ser descartado quando se tornasse um empecilho econômico.²

Conforme afirmaria Lênin (1974d, CW22) no prefácio à edição russa [1917] e no prefácio às edições francesa e alemã [1920], *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* foi escrito durante o regime czarista. Assim, o ensaio cumpria o objetivo de demonstrar o panorama da economia mundial capitalista de então, mas se encontrava comprimido e distorcido pela censura. Por isso a grande centralidade dada aos aspectos econômicos do desenvolvimento capitalista que levam ao imperialismo contrasta com o ocultamento de aspectos políticos fundamentais que Lênin afirmou ter tratado em artigos escritos entre 1914-1917.

Nesse sentido, nos alerta Bagchi (1983), o *Imperialismo* de Lênin deve ser lido como um texto político, não apenas como uma análise econômica dos fluxos de capital e das estruturas corporativas de então. Isto porque a publicação de tal obra se dava em meio ao contexto de cisão do movimento socialista³ em função de posições chauvinistas dentro da Segunda Internacional. E para Lênin (1917/1974d, CW22, p.187), “a cisão no movimento operário está ligada às condições objetivas do imperialismo”.

Assim, há um debate pouco claro no texto, mas entrelaçado a toda a análise teórica empreendida por Lênin à época. Trata-se do debate em torno do direito das nações à autodeterminação. Tal fato se torna mais notável uma vez que poucos meses antes de publicar *Imperialismo*, Lênin havia escrito o texto *A revolução socialista e o direito das nações à autodeterminação*. Já na primeira seção desse texto, Lênin (1916/1974k, CW22) reforça a tese do imperialismo como um está-

2 “Do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda passe por outra fase, a tradução da cartelização em política externa: uma fase do ultraimperialismo, contra a qual devemos lutar tão energicamente quanto lutamos contra o imperialismo, mas de quem os perigos estão em outra direção, não na corrida armamentista e na ameaça à paz mundial” (Kautsky, 1914/1970, s.p.).

3 A cisão do movimento socialista internacional teve como marco a posição favorável dos parlamentares do partido social-democrata alemão à concessão dos créditos de guerra em 1914.

gio mais avançado do desenvolvimento do capitalismo. Em tal estágio o capital supera as fronteiras dos Estados nacionais, subordinando territórios por todo o mundo. Nesse sentido, Lênin aponta uma tese fundamental:

O socialismo vitorioso deve necessariamente estabelecer a plena democracia e, consequentemente, não apenas introduzir a plena igualdade entre nações, mas também concretizar o direito das nações oprimidas à autodeterminação, i.e., o direito à livre separação política. Partidos socialistas que não demonstram em toda a sua atividade, agora, durante a revolução e depois de sua vitória, que iriam libertar as nações escravizadas e construir relações com elas com base na livre união – e livre união é uma frase falsa sem o direito de secessão –, esses partidos estariam traindo o socialismo. (1916/1974k, CW22, p.143)

O autor deixa claro que a pretensão de um capitalismo pacífico na época do imperialismo era pura e simples utopia.⁴ Com isso, a luta das nações exploradas pelo imperialismo passava necessariamente pelo seu direito à independência política, historicamente alcançada pela luta de libertação nacional. Este é o centro de sua polêmica com aqueles que defendiam a guerra imperialista sob o argumento da defesa nacional, uma vez que as nações imperialistas beligerantes batalhavam justamente pelo controle de outras nações e territórios, não pela defesa das próprias.⁵

Ao identificar a Primeira Guerra Mundial com os interesses contraditórios das burguesias das diferentes nações desenvolvidas, Lênin rompeu com a noção do imperialismo como mera política externa. Assim, sustentava-se a existência de um fundamento econômico vinculado à política do imperialismo. Tal fundamento é o capital monopolista que, ao assumir a forma da finança, constitui uma “oligarquia financeira” que busca saquear todo o mundo. Conforme Lênin (1916/1974d, CW22, p.277), “a exportação de capital, uma das mais essenciais bases econômicas do imperialismo, isola ainda mais completamente os rentistas da produção e define o selo do parasitismo em todo país que vive da exploração do trabalho de diversos países e colônias estrangeiros”.

O parasitismo se alimenta dos lucros obtidos pelo capital monopolista. Seus lucros extras, “obtidos para além dos lucros que os capitalistas espremem dos trabalhadores de seu ‘próprio’ país” (Lênin, 1920/1974d, CW22, p.193), se espriam pelas economias das nações centrais, beneficiando até mesmo parte da classe trabalhadora. Tal fração dos trabalhadores, originalmente chamados por Engels (1885)

4 “Capitalismo ‘pacífico’. Essa é exatamente a natureza da utopia de uma união pacífica de nações iguais sob o imperialismo que engana o povo e que é defendida pelos seguidores de Kautsky” (Lênin, 1916/1974k, CW22, p.147).

5 “Uma das características do chauvinismo alemão é que ‘socialistas’ – socialistas entre aspas – falam sobre a independência das nações, com exceção daquelas oprimidas pela sua própria nação” (Lênin, 1916/1974b, CW22, p.182).

de “aristocracia operária”, seria também beneficiada pelo imperialismo, dando a base material para o chauvinismo que passava a dominar a Segunda Internacional.

Nesse sentido, a defesa intransigente por Lênin do direito das nações à autodeterminação denota um sentido revolucionário estratégico.⁶ Ciente da aristocracia operária que se formava nas economias centrais em função dos fluxos de valor originados na periferia, base objetiva sobre a qual se fortalecia o chauvinismo na Segunda Internacional, e destacando a divisão do mundo entre países imperialistas e subordinados,⁷ os povos oprimidos do mundo todo se tornavam aliados fundamentais no combate à estrutura imperialista.

Isso foi demonstrado no Segundo Congresso da Internacional Comunista em 1920, quando as questões colonial e nacional foram objeto de debate. Lá foram apresentadas as teses de Lênin sobre o tema, concluindo que uma “vitória completa sobre o capitalismo não pode ser conquistada a não ser que o proletariado e, em seguida, a massa do povo trabalhador em todos os países e nações do mundo voluntariamente se engajem na luta por aliança e unidade” (1920/1974h, CW31, p.151).

Assim, a teoria do imperialismo de Lênin deve ser analisada primordialmente à luz da divisão do mundo entre nações imperialistas e nações dependentes. O imperialismo necessariamente parte de um polo dominante já dado, cuja posição privilegiada na economia mundial decorre do processo histórico de expansão do capitalismo pelo mundo, que teve o colonialismo como base e o imperialismo como resultado. A manutenção dessa posição dominante, por sua vez, é garantida justamente a partir das condições ensejadas pelo próprio imperialismo, que sempre busca a reprodução.

4. A polêmica entre Lênin e Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo foi uma das várias vozes críticas às teses de Lênin acerca do direito das nações à autodeterminação. Sua posição com relação ao tema, conforme texto de 1896 sobre a questão polonesa, era a de que a libertação política aparecia como um objetivo utópico. Mais que isso, Luxemburgo (1896/1976) não via na secessão da Polônia um enfraquecimento do czarismo russo. Assim, o

6 “A revolução social pode vir na forma de uma época em que se combinam a guerra civil do proletariado contra a burguesia nos países avançados e toda uma série de movimentos democráticos e revolucionários, incluindo o movimento de libertação nacional nas nações subdesenvolvidas, atrasadas e oprimidas. Por quê? Porque o capitalismo se desenvolve de forma desigual, e a realidade objetiva nos demonstra nações capitalistas altamente desenvolvidas lado a lado com várias nações economicamente pouco desenvolvidas ou totalmente não desenvolvidas” (Lênin, 1916/1974a, CW23, p.60).

7 “O traço característico do imperialismo consiste em todo o mundo sendo dividido entre uma grande quantidade de nações oprimidas e um número insignificante de nações opressoras, as últimas possuindo riqueza colossal e forças armadas poderosas. A vasta maioria da população mundial [...], cerca de 70% da população mundial, pertence às nações oprimidas, que estão em estado de dependência colonial direta ou são semicolônias” (Lênin, 1920/1974i, CW31, p.240).

que a autora chamava de resolução “social-patriótica” traria consigo a armadilha de colocar a questão nacional à frente da questão fundamental, que seria a luta política da classe trabalhadora pelo socialismo em todo o mundo.

Lênin (1914/1977, CW20), em contraposição, ressalta que a defesa do direito das nações à autodeterminação tem especificidades, sendo que casos particulares não devem ser tomados como gerais. E, no caso geral, ser contrário às anexações representa necessariamente ser partidário do direito à independência política. Para ele, Luxemburgo tomava o caso polonês como geral e, ao mesmo tempo, desconsiderava o aspecto político da autodeterminação, focando-se apenas na viabilidade econômica da independência.

Segundo Lênin, a secessão se situava em meio ao próprio processo de luta dos trabalhadores. Nesse sentido, a questão nacional, ainda que tipicamente democrático-burguesa, poderia ser defendida a partir de um ponto de vista marxista. Por isso, “a autodeterminação das nações no programa dos marxistas não pode, do ponto de vista histórico-econômico, ter qualquer outro significado que não autodeterminação política, independência do Estado e a formação de um Estado nacional” (Lênin, 1914/1977, CW20, p.400).

Com relação à hipótese de Luxemburgo de que a defesa da secessão abriria portas aos movimentos nacionalistas, Lênin aponta que:

Para os trabalhadores, o importante é distinguir os princípios das duas tendências. Na medida em que a burguesia de uma nação oprimida luta contra o opressor, somos sempre, em todo caso, e mais fortemente que qualquer outro, a favor, pois somos os mais ferrenhos e consistentes inimigos da opressão. Mas na medida em que a burguesia da nação oprimida defende seu próprio nacionalismo burguês, nós nos posicionamos contra. Nós lutamos contra os privilégios e a violência da nação opressora, e não toleramos, de forma alguma, lutas por privilégios por parte da nação oprimida. (Lênin, 1914/1977, CW20, p.411-412)

Mesmo após o início da Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo continuou identificando uma contradição entre a questão nacional e a luta pelo socialismo. Em panfleto publicado em 1915 sob o pseudônimo Junius, a autora resumia sua posição:

Todas as demandas pelo completo ou gradual desarmamento, pela abolição da diplomacia secreta, pela dissolução das grandes potências em entidades nacionais menores e todas as outras proposições similares, são absolutamente utópicas enquanto o domínio da classe capitalista se mantiver. Para o capitalismo, em sua atual trajetória imperialista, dispensar o militarismo atual, a diplomacia secreta, a centralização de vários Estados nacionais, é tão impossível que esses postulados podem, muito mais consistentemente, serem unificados em uma simples reivindicação, “abolição da sociedade de classes capitalista”. (Luxemburgo, 1915/2004, p.337)

É importante notar que, apesar da posição contrária à centralidade da auto-determinação para a construção do socialismo, Rosa Luxemburgo e os espartaquistas (grupo que formaria o Partido Comunista Alemão) adotaram desde o princípio uma postura antimilitarista, condenando a guerra imperialista. Isto porque entendiam que a guerra lançava ao combate e à morte justamente os trabalhadores.

A posição de Luxemburgo perante a questão nacional expressa um traço economicista que também se faz presente em sua interpretação sobre o imperialismo, apresentada em sua grande obra *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Nesse livro, Luxemburgo buscava identificar as raízes econômicas do imperialismo a partir do problema da reprodução e da acumulação de capital.

Partindo da crítica aos esquemas de reprodução de Marx, a autora apontava uma necessidade intrínseca ao capitalismo de se manter em relação com modos de produção e formas de trabalho não capitalistas. Esta necessidade determinaria o imperialismo, forma de dominação e exploração de áreas não capitalistas por todo o mundo. Por isso, a existência de trocas entre territórios capitalistas e não capitalistas seria a base para a própria acumulação de capital, ou seja, uma necessidade para o capitalismo em toda a sua existência:

Pelo aspecto tanto da realização do valor excedente, quanto da busca por elementos materiais do capital constante, o comércio internacional é uma necessidade primária para a existência histórica do capitalismo – comércio internacional que sob as atuais condições é essencialmente uma troca entre modos de produção capitalistas e não capitalistas. (Luxemburgo, 1913/2003, p.340)

Luxemburgo, portanto, não entende o imperialismo como uma etapa particular do desenvolvimento capitalista, mas como um elemento inerente a esse modo de produção e presente desde a sua gênese. Ele decorreria justamente da necessidade das economias capitalistas de buscar áreas não capitalistas para garantir o processo de acumulação de capital, ou seja, “imperialismo é a expressão política da acumulação de capital na sua luta competitiva pelo que resta disponível do ambiente não capitalista” (Luxemburgo, 1913/2003, p.426). Essa seria a origem do conflito interimperialista que resultaria na Primeira Guerra Mundial. Como indica Luxemburgo no *Junius Pamphlet*:

A guerra atual não funciona como uma força dinâmica para garantir ao jovem capitalismo em ascensão as condições políticas indispensáveis para seu desenvolvimento “nacional”. [...] Reduzida ao seu significado histórico objetivo, a presente guerra mundial como um todo é uma luta competitiva de um capitalismo plenamente desenvolvido pela supremacia mundial, pela exploração das últimas regiões não capitalistas remanescentes no mundo. (Luxemburgo, 1915/2004, p.332)

Por tal interpretação, o imperialismo é entendido como uma política correspondente ao processo de acumulação de capital, “um veículo para o processo econômico” (Luxemburgo, 1913/2003, p.432-433, tradução nossa). Assim, observa-se uma contradição entre a sustentação da acumulação de capital e a difusão do capitalismo pelo mundo.

O capitalismo necessita de estratos sociais não capitalistas como mercado para o valor excedente, como fonte de suprimentos para seus meios de produção e como reserva de força de trabalho para o sistema de assalariamento. Por todos esses propósitos, formas de produção baseadas na economia natural não tem utilidade para o capital. [...] Portanto, o capitalismo deve, sempre e em todo lugar, lutar uma batalha de aniquilação contra a economia natural em todas as suas formas, seja economia escravista, feudalismo, comunismo primitivo, ou uma economia camponesa patriarcal. (Luxemburgo, 1913/2003, p.348-349)

Para Luxemburgo, na medida em que o imperialismo avança, destruindo as relações sociais não capitalistas, ele compromete a base sobre a qual se sustenta a acumulação de capital.⁸ E por isso a autora entendia o imperialismo como típico da fase final do capitalismo. O imperialismo surgiria como uma necessidade contínua do capitalismo. Ao mesmo tempo que oferece ao capitalismo uma sobrevida, a partir do comércio e da exploração junto aos setores não capitalistas, ele destruiria as bases que permitem a acumulação de capital.

Ainda que não se reduza a isso, a teoria luxemburguista foi qualificada como “subconsumista”, uma vez que aponta a incapacidade de uma economia capitalista de absorver a produção cada vez maior decorrente da reprodução ampliada. Sua interpretação desconsidera elementos plenamente capitalistas que sustentam a reprodução ampliada, como a tendência de aumento salarial e de progresso técnico. E principalmente, ela ignora que a variável-chave no produto é o investimento, não o consumo. Por isso, mais recentemente, sua hipótese foi recuperada a partir da noção de sobreacumulação. Por tal ponto de vista, a centralidade deixa de ser prioritariamente a possibilidade de realização do valor e se volta às dificuldades de se encontrar alocação lucrativa para os capitais acumulados em excesso.⁹

Já para Lênin, o imperialismo é uma etapa do próprio desenvolvimento capitalista, “desenvolvimento e continuação direta das características do capitalismo em geral” (Lênin, 1916/1974d, CW22, p.265). Partindo da livre concorrência, característica do capitalismo e da produção mercantil, a tendência à concentração e à

8 “quanto mais violenta, implacável e completamente o imperialismo causa o declínio de civilizações não capitalistas, mais rapidamente ele elimina o próprio terreno sob os pés da acumulação capitalista” (Luxemburgo, 1913/2003, p.426).

9 A hipótese da sobreacumulação é tratada por diversos autores, entre os quais destaca-se Harvey (1982/2013).

centralização de capitais promoveu o surgimento de grandes monopólios industriais que, associados aos grandes bancos, conformaram o grande capital financeiro.

À medida que o capital é valorizado e reproduzido sucessivamente, maior é o volume de capital necessário para se manter uma produção em que o tempo de trabalho empregado na produção de determinada mercadoria seja inferior, ou ao menos igual, à média de tempo socialmente necessário para a produzi-la. A esta contradição se relaciona a tendência de queda da taxa de lucro, mas também a superprodução e a sobreacumulação de capital, bem como as formas acionárias de propriedade do capital e a ampliação da interdependência entre o capital produtivo e o capital do setor financeiro. Como se vê, longe de um acaso ou de apenas uma política, a formação dos monopólios, das finanças e do imperialismo se combinam ao processo de desenvolvimento do capitalismo no centro imperialista e sua expansão pelo mundo, conformando uma estrutura que se expressa no mercado mundial e no sistema de Estados.

Em paralelo à conformação da finança, a conclusão da partilha do mundo pelas potências capitalistas seria a transição da política colonial para a dominação monopolista de todos os territórios do mundo. Se no século XVIII, conforme Seeley (1883/1914), perdiam relevância os impérios oriundos da descoberta do novo mundo e da dominação colonial,¹⁰ no século XIX despontavam os impérios do capital monopolista. Para Lênin (1916/1974c, CW23, p.115):

um punhado de países ricos – [...] a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha – desenvolveram os monopólios em proporções imensas, eles recebem superlucros [lucros extras, P.M.] de centenas, senão de milhares, de milhões, eles “montam sobre” centenas e centenas de milhões de pessoas em outros países e lutam entre si pela partilha de um saque particularmente valioso, particularmente gordo e particularmente fácil.

Fica claro que o capital monopolista dos países centrais se constitui como a “essência do imperialismo”. Seu objetivo é a obtenção de superlucros [lucros extras] a partir da captura do valor produzido nos países subordinados. E a dominação do imperialismo, diferente do período colonial, se caracteriza por uma diversidade de formas de dependência.

Já que se trata da política colonial na época do imperialismo capitalista, deve-se observar que a finança e sua política externa, que é a luta das grandes potências pela divisão política e econômica do mundo, dão origem a uma série de formas transitórias de dependência estatal. Não são apenas dois grupos de países, aqueles que detêm colônias e as próprias colônias, mas há também diversos países de-

¹⁰ Os impérios holandês, francês, espanhol e português e o Segundo Império Britânico.

pendentes que, politicamente, são formalmente independentes, mas de fato estão amarrados a uma rede de dependência financeira e diplomática, típica desta época. (Lênin, 1916/1974d, CW22, p.263)

Assim, no âmbito do sistema de Estados, o imperialismo é a divisão entre o centro imperialista e a periferia dependente. A conclusão da partilha de todo o mundo entre as potências imperialistas, longe de representar um elemento aglutinador das burguesias das diferentes nações centrais, acirrou ainda mais os conflitos.¹¹ Ao mesmo tempo que subordinava todo o mundo periférico às economias centrais, o imperialismo reforçava a rivalidade entre elas.

O traço característico do imperialismo é precisamente que ele busca anexar não apenas territórios agrários, mas até mais as regiões altamente industrializadas (o apetite alemão pela Bélgica; o apetite francês pela Lorena), porque (1) o mundo já está particionado, obrigando aqueles que visam uma redivisão a buscar todo tipo de território, e (2) uma característica essencial do imperialismo é a rivalidade entre algumas grandes potências na luta por hegemonia, i.e., pela conquista do território, não tanto diretamente para si quanto para enfraquecer o adversário e minar sua hegemonia. (Lênin, 1916/1974d, CW22, p.268-269)

Assim, o imperialismo conforma uma estrutura que orienta as relações, no âmbito do mercado mundial e do sistema de Estados, em nome dos interesses de poucos países centrais. Trata-se de um sistema mundial de opressão “colonial”. Segundo Lênin:

O capitalismo cresceu e se tornou um sistema mundial de opressão colonial e de estrangulamento financeiro da esmagadora maioria da população do mundo por um punhado de países “avançados”. E esse “saque” é dividido entre dois ou três poderosos saqueadores do mundo armados até os dentes (EUA, Grã-Bretanha, Japão), que arrastam todo o mundo para a sua guerra pela divisão do butim. (Lênin, 1921/1974d, CW22, p.191)

5. Considerações finais

Nas notas sobre o *Capital financeiro* de Hilferding, Lênin (~1916/1974f, CW39, p.336) sintetiza a definição da exportação de capitais: “exportação de

11 “Houve uma época de capitalismo relativamente ‘pacífico’, quando ele havia derrotado completamente o feudalismo nos principais países europeus e estava livre para se desenvolver com a máxima – relativa – tranquilidade e suavidade, expandindo-se ‘pacificamente’ sobre as vastas extensões de terras ainda não ocupadas e sobre os países ainda não irreversivelmente arrastados para o turbilhão capitalista. [...] Essa época se foi para sempre, ela deu lugar a uma época que é relativamente muito mais violenta, convulsiva, desastrosa e conflituosa, uma época que para a massa da população é simbolizada não tanto por um ‘horror sem fim’ quanto por um ‘fim horroroso’” (Lênin, 1915/1974g, CW22, p.104).

valor destinada a produzir mais-valia no exterior”. Nesse sentido, a exportação de capital sempre busca capturar valor produzido no estrangeiro e, como apontou Marx (1894/2017), se o capital é enviado para o exterior, é em busca de uma taxa de lucro maior. Em notas preparatórias para o *Imperialismo*, Lênin encadeia as principais características econômicas do imperialismo. A primeira delas é a concentração de capital e a formação de monopólios, afinal para Lênin (~1916/1974e, CW39, p.241), “o imperialismo é o capitalismo monopolista”. Em seguida, Lênin cita a exportação de capitais, indicando ser esta a “*chief thing*” [coisa principal]. Isso porque nas formações sociais onde o capitalismo se desenvolve ao nível do imperialismo, o capital “excede” as fronteiras territoriais, ou poderíamos dizer, se sobreacumula. Por isso se tornam necessários os “ajustes” apontados por Harvey (1982/2013), sob o risco de se arcar com a desvalorização dos capitais excedentes. E é também por isso que a divisão do mundo é funcional para as formações sociais imperialistas, ainda mais no atual período. Tal divisão se mantém por meio dos monopólios e dos Estados. E por isso a libertação nacional ou a autodeterminação das nações é parte fundamental da teoria do imperialismo de Lênin e um aspecto central nas suas polêmicas com as leituras economicistas do imperialismo.

A grande finança de um país sempre pode comprar os concorrentes de outro país politicamente independente, e o faz constantemente. Economicamente, isso é plenamente alcançável. A “anexação” econômica é totalmente “alcançável” sem a anexação política e é amplamente praticada. Na literatura sobre imperialismo é comum encontrar indícios de que a Argentina, por exemplo, é na realidade uma “colônia comercial” da Grã-Bretanha, ou que Portugal é na realidade um “vassalo” da Grã-Bretanha etc. E é verdade: a dependência econômica perante os bancos britânicos, a dívida para com a Grã-Bretanha, a aquisição britânica de suas ferrovias, minas, terras etc., permitem à Grã-Bretanha “anexar” esses países economicamente sem violar sua independência política. Autodeterminação nacional significa independência política. O imperialismo procura violar essa independência porque a anexação política muitas vezes torna a anexação econômica mais fácil, mais barata [...], mais conveniente, menos problemática – assim como o imperialismo procura em geral substituir a democracia pela oligarquia. Mas falar da “inalcançabilidade” econômica da autodeterminação sob o imperialismo é puro absurdo. (Lênin, 1916/1974a, CW23, p.44)

Por isso, é necessário discutir os limites impostos à soberania política dos países periféricos, o que nos parece ser o aspecto fundamental da dependência. Tal discussão passa por reconhecer o importante papel que o Estado dependente cumpre na reprodução da dependência e do imperialismo. Mas esse é um tema para outro artigo.

Ao longo do presente estudo, buscamos discutir um aspecto muitas vezes desconsiderado da teoria de Lênin sobre o imperialismo. Tal aspecto é a luta das

nações pelo seu direito à soberania. Nesse percurso, pudemos chegar a alguns apontamentos que resumidamente apresentaremos a seguir.

Nossa conceituação do imperialismo, seguindo Lênin, remete, ao mesmo tempo, a um estágio do desenvolvimento do capitalismo no interior das formações sociais centrais¹² e a uma divisão entre formações sociais imperialistas e dependentes no âmbito internacional.¹³ Assim, a divisão só se mantém na medida que também são reproduzidas as condições para tal no interior das formações sociais.¹⁴

Na época do imperialismo “clássico”, Lênin demonstrou a centralidade do direito das nações à autodeterminação para a luta contra o imperialismo. Ao longo do ciclo revolucionário do século XX,¹⁵ as lutas de libertação nacional tiveram destaque. Nesse processo, muitas nações se tornaram independentes, conformando um sistema múltiplo de Estados independentes, com distintos níveis de soberania. Por isso a dependência estrutural das formações sociais periféricas é fundamental na manutenção da divisão do mundo e a sua superação é tão necessária na luta contra o imperialismo quanto foram as lutas de libertação nacional.¹⁶ E tal processo é primeiro político, neutralizando os interesses do imperialismo no interior da formação social dependente. Só a partir daí é que podem ser construídas as condições para a também necessária superação da dependência econômica.

Referências bibliográficas

- BAGCHI, A. Towards a Correct Reading of Lenin's Theory of Imperialism. *Economic and Political Weekly*, v.18, n.31, p.PE2-PE12, 1983.
- BERRINGER, T. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos Lula e FHC*. Curitiba: Appris, 2015.

-
- 12 “Para entender por que uma guerra imperialista [...] poderia, e inevitavelmente o fez, estourar entre as grandes potências [...] nós devemos entender as condições gerais da era imperialista, i.e., a transformação do capitalismo nos países avançados em imperialismo” (Lênin, 1916/1974a, CW23, p.36).
- 13 “Um ponto central no programa da social-democracia deve ser aquela divisão das nações entre opressoras e oprimidas que constitui a essência do imperialismo, e que é mentirosamente evitada pelos social-chauvinistas e por Kautsky. Essa divisão não é significante do ponto de vista do pacifismo burguês ou da utopia pequeno-burguesa da concorrência pacífica entre nações capitalistas independentes, mas é especialmente significante do ponto de vista da luta revolucionária contra o imperialismo” (Lênin, 1915/1974j, CW21, p.409).
- 14 “O local onde o MPC [modo de produção capitalista, P.M.] é reproduzido no estágio imperialista é a cadeia imperialista e seus elos” (Poulantzas, 1978, p.49).
- 15 Cf. Boito Jr. (1995/2007).
- 16 “Há dois tipos de revolução mundial, a primeira pertencendo à categoria burguesa ou capitalista. A era desse tipo de revolução mundial já passou há muito tempo, tendo chegado ao fim em 1914, quando estourou a primeira guerra mundial imperialista, e mais particularmente em 1917, quando ocorreu a Revolução de Outubro. O segundo tipo, a saber, a revolução proletário-socialista mundial, desde então começou. Esta revolução tem o proletariado dos países capitalistas como sua principal força e como aliados os povos oprimidos das colônias e semicolônias. Não importa quais classes, partidos ou indivíduos em uma nação oprimida se juntem à revolução, e não importa se eles próprios estão cientes desse ponto ou se o entendem, mas desde que se oponham ao imperialismo, sua revolução se torna parte da revolução proletário-socialista mundial e eles se tornam seus aliados” (Tse-Tung, 1940/1965, p.346-347).

- BUGIATO, C.; TRINDADE, T. O Estado nas relações internacionais. In: *Revista Oikos*, v.16, n.3, 2017.
- BOITO JR., A. O esgotamento do ciclo revolucionário do século XX [1995]. In: BOITO JR., A. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p.213-221.
- CHESNAIS, F. *Finance Capital today – Corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden: Brill, 2016.
- ENGELS, F. England in 1845 and in 1885. In: *Commonweal*, mar. 1885, p.12-14. Disponível em: <https://bit.ly/3nTvHff>.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].
- HILFERDING, R. *Finance capital: A study of the latest phase of capitalist development*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. Nova York: James Pott & Company, 1902.
- KAUTSKY, K. Ultra-imperialism [1914]. In: *Nova Left Review*, v.1/59, p.41-46, 1970.
- LÊNIN, V. I. A caricature of marxism and imperialist economism [1916]. In: *Collected Works – Vol. 23*. Moscou: Progress Publishers. 1974a. p.28-76.
- LÊNIN, V. I. German and non-german chauvinism [1916]. In: *Collected Works – Vol. 22*. Moscou: Progress Publishers, 1974b. p.182-184.
- LÊNIN, V. I. Imperialism and the split in socialism [1916]. In: *Collected Works – Vol. 23*. Moscou: Progress Publishers. 1974c. p.105-120.
- LÊNIN, V. I. Imperialism, the highest stage of capitalism: a popular outline [1916]. In: *Collected Works – Vol. 22*. Moscou: Progress Publishers, 1974d. p.185-304.
- LÊNIN, V. I. Notebook “γ” (gamma) [~1916]. In: *Collected Works – Vol. 39*. Moscou: Progress Publishers. 1974e. p.203-271.
- LÊNIN, V. I. Notebook “θ” (theta) [~1916]. In: *Collected Works – Vol. 39*. Moscou: Progress Publishers. 1974f. p.333-372.
- LÊNIN, V. I. Preface to N. Bukharin’s pamphlet, Imperialism and the world economy [1915]. In: *Collected Works – Vol. 22*. Moscou: Progress Publishers. 1974g. p.103-107.
- LÊNIN, V. I. Preliminary draft theses on the national and the colonial questions for the Second Congress of the Communist International [1920]. In: *Collected Works – Vol. 31*. Moscou: Progress Publishers. 1974h. p.144-151.
- LÊNIN, V. I. Report of the commission on the national and the colonial questions – July 26 [1920]. In: *Collected Works – Vol. 31*. Moscou: Progress Publishers. 1974i. p.240-245.
- LÊNIN, V. I. The revolutionary proletariat and the right of nations to self-determination [1915]. In: *Collected Works*, Vol. 21, 1974j. p.407-414.
- LÊNIN, V. I. The right of nations to self-determination [1914]. In: *Collected Works – Vol. 20*. Moscou: Progress Publishers, 1977, p.393-454.
- LÊNIN, V. I. The socialist revolution and the right of nations to self-determination [1916]. In: *Collected Works – Vol. 22*. Moscou: Progress Publishers, 1974k. p.143-156.
- LUXEMBURGO, R. *The accumulation of capital: a contribution to an economic explanation of imperialism*. Londres: Routledge, 2003 [1913].
- LUXEMBURGO, R. *The Junius Pamphlet: The Crisis in German Social Democracy* [1915]. In: HUDIS, P.; ANDERSON, K. B. (org.). *The Rosa Luxemburg reader*. Nova York: Monthly Review Press, 2004. p.312-341.

- LUXEMBURGO, R. *The Polish Question at the International Congress in Londres* [1896]. In: DAVIS, H. B. *The National Question – Selected Writings by Rosa Luxemburg*. Nova York: Monthly Review Press, 1976.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].
- POULANTZAS, N. *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres: Verso, 1978.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019 [1968].
- SEELEY, J. R. *The Expansion of England*. Londres: Macmillan and Co., 1914 [1883].
- TSE-TUNG, M. On Nova democracy [1940]. In: *Selected Works of Mao Tse-Tung – Vol. 2*. Beijing: Foreign Languages Press, 1965. p.339-384.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a centralidade do conceito de autodeterminação das nações na teoria do imperialismo de Lênin. Para isso, utilizaremos textos do autor sobre a questão, contrapondo suas teses àquelas defendidas por Rosa Luxemburgo. A teoria do imperialismo de Lênin se tornou popular principalmente por meio do ensaio *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, no qual são tratados principalmente os aspectos econômicos do imperialismo. Retomar os debates travados em torno da autodeterminação das nações é fundamental para polemizar com leituras marcadas pelo economicismo que, a despeito de se considerarem subsidiárias de Lênin, acabam por desconsiderar os aspectos políticos de sua teoria, inclusive a importância da luta dos povos periféricos pelo direito à autodeterminação.

Palavras-chave: Imperialismo; autodeterminação das nações; Marxismo; Lênin; dependência.

Abstract

This paper seeks to demonstrate the centrality of the concept of self-determination of nations in Lenin's theory of imperialism. To do so, we will refer to the author's texts on the issue, opposing his theses to those defended by Rosa Luxemburg about it. Lenin's theory of imperialism became popular mainly through the essay *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*, which deals primarily with the economic aspects of imperialism. To revisit the debates around the self-determination of nations is fundamental to polemicize with readings marked by economism, which, despite considering themselves as subsidiaries of Lenin, end up neglecting the political aspects of his theory, including the importance of the struggle of peripheral peoples for the right to self-determination.

Keywords: Imperialism; self-determination of nations; Marxism; Lenin; dependency.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

A guerra e a esquerda

Marcello Musto

Da dialética da natureza à ecologia anticapitalista

Laura Luedy

O silêncio de Pompey

François Albera

DOSSIÊ: Para onde vai a América Latina?

55